

Governo quis editar mais duas Medidas: não deu tempo

BRASÍLIA — A tentativa do Governo de editar às pressas, antes do recesso do Congresso, mais duas Medidas Provisórias tumultuou ontem o último dia de votações do Legislativo. Os líderes governistas tentaram adiar a votação da LDO, ontem à tarde, e quase foi publicado um suplemento especial do Diário Oficial de ontem — o que só não aconteceu por falta de tempo. Isso porque o Executivo precisava editar as Medidas — relativas à limitação das quotas para exportação de açúcar e à concessão de crédito especial a 231 Municípios atingidos pela seca no Nordeste — mas não queria ser responsável por mais uma convocação do Congresso, da qual só escaparia se elas fossem editadas durante a sessão legislativa. À noite, quando todos aguardavam um suplemento do Diário Oficial, com as medidas, os líderes foram avisados por telefone que o Palácio do Planalto tinha desistido de editá-las.

A confusão começou de manhã. Alertados numa reunião pelo Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, os Líderes Renan Calheiros e José Ignácio procuraram os representantes da oposição com uma proposta de adiamento da votação da LDO para hoje, para que o Governo tivesse tempo de publicar as Medidas Provisórias an-

tes do início do recesso. O problema era o artigo 57 da Constituição, que estabelece que o Congresso será convocado extraordinariamente durante o recesso cinco dias após a edição de uma Medida Provisória. Ontem era, portanto, o último dia hábil para isto.

Além dessas Medidas, o Governo estudava a edição de duas, estabelecendo a livre negociação dos aluguéis e corrigindo a Medida 194, que trata da aplicação de recursos para Educação. As Medidas referentes à ajuda aos Municípios assolados pela seca e à limitação da exportação de açúcar eram, porém, consideradas de urgência. Os líderes do Governo alegavam que havia o risco, por exemplo, de faltar açúcar no mercado interno. Cabral instruiu as lideranças governistas a acertar um acordo para viabilizar sua edição.

Renan e José Ignácio esbarraram, contudo, na disposição do PMDB, do PSDB e do PT — que depois de 15 dias suspendera a obstrução à votação da LDO —, de votar logo a LDO, iniciando o tão esperado recesso. Ao serem procurados, nem quiseram saber o teor das Medidas que seriam baixadas e se recusaram a adiar a votação para hoje, temendo inclusive que seu gesto fosse interpretado como um apoio a essas Medidas Provisórias.

— Vamos votar agora a LDO. Os parlamentares estão aqui para isso — explicou o Líder do PMDB, Ibsen Pinheiro.

Diante disso, só restou ao Governo tentar providenciar, às pressas, um suplemento do Diário Oficial para publicar as Medidas, que seriam as últimas pelo menos até o dia 26 de julho. A partir dessa data, o Governo pode voltar a editar Medidas Provisórias sem correr o risco de convocar novamente o Congresso. Uma contra-ordem não explicada pelo Palácio do Planalto, contudo, cancelou a edição das medidas.

— É uma pena que todos joguem mèsquinamente, desvalorizando a maior conquista parlamentarista da Constituinte — lamentava no plenário a Deputada Sandra Cavalcanti.

Para Sandra, a votação da LDO — um esboço do Orçamento proposto pelo Governo e ajustado pelo Congresso — deveria ser a hora do diálogo entre os dois Poderes:

— No primeiro semestre, técnicos do Governo e congressistas deveriam civilizadamente redesenhar o esboço em cima do qual vai se governar o País. Nada disso aconteceu, e chegando ao plenário, a LDO virou alavanca de manobras. Por estas e outras, muita gente séria está desiludida com a vida pública.